V Congresso Brasileiro de Saúde On-line

"FRONTEIRAS INVISÍVEIS: REFLEXÕES SOBRE ACESSO À SAÚDE E CIDADANIA EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS"

GISELE DE OLIVEIRA TONANI

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios no acesso aos serviços públicos de saúde enfrentados por pessoas que buscam acesso à documentação pessoal na região fronteiriça. A pesquisa se justifica pela importância do acesso à documentação como direito fundamental, onde essa busca pode ser repleta de obstáculos. Com o objetivo de compreender os desafios enfrentados pelos residentes fronteiriços para acessar serviços públicos, principalmente de saúde. Os dados foram obtidos por meio de bases de dados online. Os resultados preliminares indicam que a fronteira não é apenas uma linha geográfica, mas um espaço de interação social e cultural, onde as identidades individuais e coletivas são moldadas por complexas relações de poder e dominação. Por fim, a análise dos conceitos de fronteira, cidadania e políticas sociais revela a interdependência desses elementos na compreensão das dinâmicas sociais, culturais e identitárias das regiões fronteiriças.

Palavras-chave: Migrantes/Imigrantes; Políticas Sociais; Direitos Humanos; Transfronteirização na Saúde; Gestão.

1 INTRODUÇÃO

O conteúdo abordado neste artigo terá como escopo o acesso ao sistema de saúde, a fim de discutir as teorias e associar esses conceitos entre si no âmbito da psicologia social. O acesso à documentação pessoal é um direito fundamental que garante a participação plena na sociedade, uma expressão tangível da cidadania. A fronteira, esse espaço de interação entre diferentes estirpes e culturas, é um elemento central nessa análise. Segundo Rita Segato, a fronteira e a miscigenação são produtos da interação e dos movimentos populacionais. Nesse contexto, a mestiçagem não é apenas um fenômeno biológico, mas também sociocultural, influenciando a percepção de identidade e pertencimento das pessoas que vivem nessas áreas fronteiriças. O autor José de Souza Martins (2009) faz uma reflexão sobre a realidade social do país, estabelecendo que o conceito de fronteira não é apenas uma linha geográfica, mas um espaço de interação social e cultural. Para Martins, a fronteira transcende suas delimitações territoriais e se manifesta como um campo de tensões, conflitos e trocas culturais. Ao explorar a dinâmica das regiões fronteiriças, Martins destaca como esses espaços são marcados pela diversidade étnica, linguística e cultural. Ele enfatiza a importância de compreender a fronteira não apenas como um limite físico, mas como um espaço de encontro e convívio entre diferentes grupos sociais. Além disso, Martins analisa como as fronteiras influenciam na construção das identidades individuais e coletivas, bem como nas relações de poder e dominação. Ele destaca como essas regiões muitas vezes se tornam palco de conflitos étnicos e territoriais, mas também de resistência e resiliência por parte das comunidades locais. Para além da burocracia e barreiras físicas presentes na fronteira, o autor Souza, et al., (2023, p. 2) destaca a barreira linguística que

DOI: 10.51161/conbrasau2024/35320

compromete a qualidade no atendimento oferecido pelos profissionais. Logo, a visão de José de Souza Martins sobre a fronteira vai além de uma abordagem puramente geográfica, buscando compreender suas complexidades sociais, culturais e históricas. A cidadania é entendida não apenas como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais garantidos pela legislação, mas também como um processo dinâmico de exercício e construção de identidades e pertencimento. Observa-se a necessidade de pertencimento quando (Ribeiro; 2021, p. 66) descreve a ambivalência que marca o conceito de cidadania como direitos e deveres "a identificação com a coletividade, ou do fato de que sua própria identidade pessoal se vê marcada fundamentalmente pela inserção na coletividade". Nesse sentido, Julian Borba (2004) descreve que a cidadania é explorada através das experiências vivenciadas pelas pessoas na busca por acesso à documentação pessoal, destacando como a falta ou a dificuldade de obtenção desses documentos afeta diretamente o exercício dos direitos civis e a participação na vida política e social. A partir das análises teóricas de autores como Julian Borba e Celeste Ribeiro de Sousa, descrevem a cidadania como um processo multifacetado, marcado por lutas por igualdade, reconhecimento e inclusão. Além disso, a pesquisa investiga como as fronteiras morais e burocráticas influenciam na construção da cidadania, evidenciando os desafios enfrentados pelas comunidades fronteiriças para acessar serviços públicos, participar de decisões políticas e exercer plenamente seus direitos individuais e coletivos. Os autores Valdir Aragão Nascimento e Sônia Maria Oliveira de Andrade (2018, p. 183) apontam para a vulnerabilidade e risco à saúde de pessoas indocumentadas, que só recebem atendimento médico com o agravamento do quadro de saúde até um nível crítico. Apontam ainda, para a solidariedade e empatia de pessoas residentes na fronteira que fornecem endereço por meio de comprovantes de saneamento básico e contratos de aluguel como forma de comprovarem sua residência no município.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para obter um panorama das discussões sobre como os indocumentados acessam o sistema de saúde pública (SUS) em regiões fronteiriças, foram escolhidas as seguintes bases de dados online para seleção dos trabalhos: SciELO (Scientific Electronic Library Online/Biblioteca Eletrônica Científica Online), BVS – Psi (Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia Brasil), PePsic (Periódicos eletrônicos em Psicologia) e CAPES (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Os descritores escolhidos para a busca dos trabalhos foram: Saúde na Fronteira (CAPES - 1.694) e Direitos Humanos na fronteira (CAPES - 514) separadamente. Os termos utilizados estão associados ao exercício da cidadania como proposto na Constituição Federal e pelos Direitos Humanos, com foco nas regiões de fronteira com o Brasil. Tendo em vista o grande volume encontrado em apenas uma plataforma, foram estabelecidos critérios de restrições de idioma somente para português e alteração dos descritores para saúde na fronteira brasileira, passando para um total de 344 trabalhos, sendo observado um grande número de trabalhos relacionados a fronteira, para tanto, foi realiza nova busca de 1981 até 2018 com total de 175 trabalhos no período de 37 anos com média de 4.72 trabalhos por ano. Entretanto, durante o período 2019 a 2024, houve uma crescente demanda com 169 trabalhos em 5 anos com média de 33,8 trabalhos por ano. Visando alcançar os objetivos estabelecido foi realizada nova busca com os descritores de forma combinada pela palavra “and” com os resultados e a listagem final para análise. Como critério de exclusão os trabalhos repetidos e que não abordavam como temática principal a interface entre países que fazem fronteira com o Brasil e o direito de acesso a saúde apenas nessas regiões de fronteira. Como método de pesquisa e considerando a necessidade de compreender a natureza do discurso a autora Carla Willing (2019, p.191) descreve a análise do discurso “...indica um método de análise de dados que pode nos dizer algo sobre a construção discursiva da realidade social”. Foram encontrados 90 artigos nas bases de dados selecionadas,

passando para leitura dos resumos e classificação, chegando ao total de 24 trabalhos dentro dos critérios de inclusão: fronteira com o Brasil e Política Pública de Saúde na Fronteira. Realizada comparação com os termos e discussões utilizadas pelos diversos autores, para Willing (2019) a necessidade em identificar como as pessoas falam sobre o tema pesquisado e as diferentes formas que o objeto aparece no texto, e não se prendendo apenas as palavras-chaves, mas nas referências explicitas e implícitas na busca pela construção de um significado compartilhado, a fim de identificar experiências parecidas, questionamentos, críticas ou sugestões em territórios distintos, assim como as dinâmicas sociais geradas nesse processo de acolhimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da análise bibliográfica realizada acerca dos conceitos de fronteira, cidadania, políticas sociais e direitos humanos, evidencia-se o sujeito como objeto central e a influência do meio social ao qual está inserido na forma como se vive. Além disso, identificar os sentidos do conceito de fronteira para os autores permitiu a identificação da barreira invisível que é a fronteira social, em como a identidade e pertencimento influenciam no exercício ou de acesso a esses direitos. Os autores Pedro Paulo Saad Costa e Claudia Araújo de Lima (2023, p.1) destacam que "...a pandemia da COVID-19 expôs a vulnerabilidade da população fronteiriça e migrantes, acostumados a depender de um sistema de saúde que, apesar de universal, não contempla ainda garantias específicas que lhes possam trazer segurança de acesso à saúde". Não houve análise dos dados para se afirmar que o significativo aumento de publicações nos últimos cinco anos sobre fronteira tem relação com a pandemia. A mobilidade das pessoas em busca de saúde pública e a falta de controle endêmico mostraram o quanto é carente os dados utilizados para cálculo dos repasses financeiros de políticas sociais, escancarando as dificuldades enfrentadas pelos municípios no que diz respeito ao atendimento invisível, ocasionados pela da falta de registro dos atendimento em razão da não legalidade como aponta a autora Marisa Lucena Branco "[..]seja de seus nacionais ou de estrangeiros, que buscam atendimento e não estão computados na base de cálculo dos recursos provenientes do SUS (Sistema Único de Saúde)" aumentando a preocupação dos gestores com a falta de recursos. Ademais, identifica-se os atravessamentos e lutas pelo exercício da cidadania, assim como a violação de direitos ou cerceamento ao atendimento em serviços públicos elevando ao risco da vida, fatos expressos em diversos artigos com expressões muito parecidas e que se repetem como: "...excepcionando as situações de urgência e emergência e do estrangeiro domiciliado em cidade contígua ao território nacional..." (Branco; 2013, p.44); "atendimentos mediante urgência e emergências" (Guerra & Ventura; 2017, p. 126); "...os atendimentos realizados em geral não têm continuidade por serem quase sempre de caráter emergencial" (Aikes & Rizzoto, 2020, p. 3). Em todos os artigos escolhidos como observou-se referência ao MERCOSUL e ao (SIS Fronteira[1]), evidenciando políticas pensadas para atender e tratar as necessidades da população transfronteiriça, assim como também o Estatuto do Estrangeiro e Lei de Imigração, sob a análise da autora Branco (2013, p. 43) "o legislador se preocupou com o estrangeiro enquanto trabalhador como possível fonte de renda e exploração de mão de obra, mas não com a manutenção de sua saúde". Chegando ao consenso de que a política intergovernamental MERCOSUL quando criada em 1990, não atendia as necessidades de política de saúde, tendo em vista que inicialmente foi pensado apenas economicamente como aponta os autores (BÜHRING, 2012); (EIKEA & RIZZOTO, 2020). Posteriormente, se descrevem menções aos serviços de saúde em propostas, mas nunca como seriam feitas ou efetivadas e sempre com viés em fortalecer o comercio entre os países, recentemente vem sendo discutida a integração social e o bem-estar do cidadão (BÜHRING, 2012, p. 23). Outrossim, o programa (SIS fronteiras)

[1] Ação do governo brasileiro voltada ao acesso dos imigrantes que residem nestas regiões foi a criação, em 2005, com a finalidade de organizar o sistema nos municípios fronteiriços brasileiros com Argentina, Paraguai e Uruguai (Guerra & Ventura, 2017)

como descreve o autor "não saiu do papel", não sendo de conhecimento de muitos profissionais da área em razão da pouca divulgação. Discorrendo sobre quem seriam as pessoas que não conseguem atendimento, pode se afirmar que se tratam de pessoas indocumentadas, com falta de registro como pessoas naturais, estrangeiros sem visto de permanência ou mesmo os brasileiros que se encontram imigrados em países vizinhos e que se deslocam para atendimento e não conseguem em razão da falta de residência. Essa demanda crescente se dá pelas características de universalidade e integralidade do (SUS) como observa as autoras Katia Guerra e Miriam Ventura (2017, p. 126) "A população dos países vizinhos busca atendimento no Brasil pelo fato de o SUS ser universal e gratuito, diferentemente do caso do Paraguai e da Argentina". Observou-se, ainda, informações sobre ilegalidades cometidas em razão da solidariedade e empatia de moradores que fornecem seus endereços para que os indocumentados recebam atendimento. De igual forma, relatos de preconceito e discriminação também descritos nos mesmos trabalhos. Os atendimentos realizados mediante autorização dos gestores municipais, que desempenham a função de julgar quem recebe ou não atendimento, assim como arcam com as despesas, tendo em vista que o estado e federação não realizam repasses para esses fins. Por fim, vislumbra-se a principal estratégia sugerida pelos autores com mais diversos termos a chamada cooperação de fronteira ou interação entre as fronteiras, bem como a necessidade de que estado e união devam readequar os repasses realizados, considerando a evidente demanda das quais os municípios fronteiriços sofrem. As cidades fronteiriças precisam de uma análise para além dos outros municípios, como descrevem as autoras Aikes e Rizzoto (2020) sobre a transfronteirização exigir regras especiais de funcionamento, em razão de acordos que transcendem a escala local.

4 CONCLUSÃO

A análise realizada neste estudo sobre os desafios no acesso aos serviços públicos de saúde enfrentados por pessoas que buscam acesso à documentação pessoal em regiões fronteiriças destaca a complexidade e a relevância dessas questões para a compreensão da dinâmica social, cultural e política dessas áreas.

Através da revisão bibliográfica realizada, foi possível evidenciar como a cidadania, entendida não apenas como um conjunto de direitos legais, mas como um processo dinâmico de construção de identidades e pertencimento, é afetada pelas condições enfrentadas pelas comunidades fronteiriças.

Os resultados preliminares desta pesquisa ressaltam a importância de políticas públicas eficazes e integradas que levem em consideração as especificidades das regiões fronteiriças, garantindo o acesso equitativo aos serviços de saúde e promovendo a inclusão social. Além disso, apontam para a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa entre os diversos atores envolvidos, incluindo governos locais, organizações da sociedade civil e instâncias internacionais, para enfrentar os desafios enfrentados por essas comunidades.

Nesse sentido, destaca-se a importância de iniciativas como a cooperação transfronteiriça e o fortalecimento de políticas de saúde voltadas especificamente para as regiões fronteiriças, levando em consideração as peculiaridades culturais, linguísticas e socioeconômicas desses contextos. A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a urgência de se abordar essas questões, ressaltando a necessidade de uma resposta integrada e solidária para enfrentar os desafios de saúde pública nessas áreas.

Portanto, este estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre as questões sociais, econômicas e culturais enfrentadas pelas comunidades fronteiriças. Espera-se que os resultados deste trabalho possam subsidiar a formulação de políticas públicas mais adequadas e a implementação de ações concretas para melhorar o acesso aos serviços de saúde e promover a cidadania plena nessas áreas tão importantes e muitas vezes negligenciadas.

DOI: 10.51161/conbrasau2024/35320

REFERÊNCIAS

Aikes, Solange e Rizzotto, Maria Lucia FrizonA saúde em região de fronteira: o que dizem os documentos do Mercosul e Unasul. Saúde e Sociedade [online]. v. 29, n. 2 [Acessado 5 Abril 2024], e180196. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180196>. ISSN 1984-0470. https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180196;

BÜHRING, Marcia Andrea. Direitos humanos e fundamentais, migração nas fronteiras Brasil e Uruguai: uma análise dos déficits do direito social à saúde da mulher nas cidades gêmeas: Santana do Livramento-BR/Rivera-UR e Chuí-BR/Chuy-UR. 2013. 76 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013;

Costa, P. P. S., & De Lima, C. A. (2023). DIREITOS HUMANOS E ACESSO À SAÚDE EM REGIÕES DE FRONTEIRA. Revista Foco, 16(9), e3199;

GIOVANELLA, L. et al. Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros ebrasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 251-266, 2007;

Guerra, K., & Ventura, M. (2017). Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países. Cadernos Saúde Coletiva, 25(1), 123–129;

LEITE, F. E.; BALLER, L. Fronteira e Fronteiriços (as). In. COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. Dicionário Crítico de Gênero. Dourados: UFGD, 2019. p. 315-322;

Marisa Lucena Branco. (2013). Saúde nas fronteiras: o direito do estrangeiro ao SUS. Cadernos Ibero-Americanos de Direito SanitáRio = Cuadernos Iberoamericanos de Derecho Sanitario, 2(1), Cadernos ibero-americanos de direito sanitário = Cuadernos iberoamericanos de derecho sanitario, 2013-06, Vol.2 (1);

Moreira, J. B., & De Borba, J. H. O. M. (2021). Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. Revista Brasileira de Estudos de População, 38, 1-20. https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0137;

Nascimento, V. A., & Andrade, S. M. O. de .. (2018). As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai. Horizontes Antropológicos, 24(50), 181–214. https://doi.org/10.1590/S0104-71832018000100007;

Ribeiro de Sousa, C.. (2021). “Pertencimento/não pertencimento” Franz Kafka: um exemplo a ser lembrado. Estudos Avançados, 35(103), 63–80. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35103.004;

Segato, R. (s.d.). A teoria marxista das classes sociais não pode se adequar à realidade latino-americana por ter sido formulada para a Europa e a partir da realidade europeia (p. 264);

Souza, E. N. da C. de ., Zilly, A., Peres, A. M., Fumincelli, L., Fabriz, L. A., Arcoverde, M. A. M., Barakat, S. H., & Almeida, M. de L. de .. (2023). Competências do enfermeiro de saúde

pública em região fronteira: revisão de escopo. Acta Paulista De Enfermagem, 36, eAPE00552. https://doi.org/10.37689/acta-ape/2023AR00552;

Souza, J. M. (2009). Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. Editora Contexto WILLING, Carla (2019) Análise do discurso. In.: Jonathan A. Smith Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos de pesquisa. Petrópolis: Editora Vozes, p. 191 – 223.